



Número: **0830864-30.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **04/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSIVALDO CASSIANO DA SILVA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39315665	10/02/2021 13:59	<a href="#">2701683_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08308643020198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSIVALDO CASSIANO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexos de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

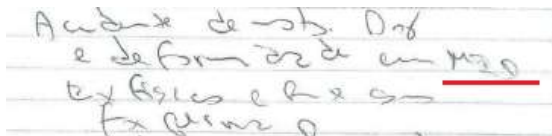
Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o documento médico, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO e um sinistro de trânsito.

Verifica-se que o BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO EMITIDO NA DATA DO ACIDENTE APRESENTADO INFORMA LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO.



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Devido as gravidades das lesões, o (a) Requerente fora submetido (a) a intervenções médicas devido a **FRATURA EXPOSTA DA TIBIA ESQUERDA**, cuja seqüelas comprometem as funções do (s) membro (s) em comento, dentre outras complicações físicas, conforme prontuário médico, em anexo.

[illegible]

**Atendimento:1900260**

**Diagnóstico Pré-Operatório:**

**Diagnóstico Pós-Operatório:**

**Cirurgia:OSTEOSSINTESE** **Data da Cirurgia:29/05/2019**

**Equipe:**  
**Cirurgião:ANDRE RIBEIRO ARAUJO MENEZES**  
**Aux 1:EVERLAN DA SILVA MEIRA**  
**Aux 2:ANA MARIA DA SILVA ANSELMO**  
**Aux 3:**  
**Instrumentador:**  
**Anestesiista:ROBERIO MARINHO ALVES**  
**Tipo de anestesia:RAQUIANESTESIA**

**Relatório Imediato de Patologista:NÃO**

**Exame Radiológico no Ato:SIM**

**Acidente Durante Operação:NÃO OCORREU**

**Descrição da Operação:**1 - PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA  
2 - ASSEPSIA + ANTISSEPSIA + APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS  
3 - INCISÃO EM FACE LATERAL E MEDIAL EM PERNAS ESQUERDA + DIVULSÃO POR PLANOS + HEMOSTASIA  
4 - REDUÇÃO INCRUENTA DA FRATURA DA PERNA ESQUERDA + FIXAÇÃO COM PLACA EM PONTE + PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS SOB ESCOPIA  
5 - INCISÃO EM FACE LATERAL E MEDIAL EM PERNAS DIREITA + DIVULSÃO POR PLANOS + HEMOSTASIA  
6 - REDUÇÃO INCRUENTA DA FRATURA DA PERNA DIREITA+ FIXAÇÃO COM PLACA EM PONTE + PARAFUSOS CORTICAIS E ESPONJOSOS SOB ESCOPIA  
7 - LAVADO DE FO COM SF  
8 - SUTURA POR PLANOS  
9 - CURATIVOS  
10 - À URPA

**Data 29/05/2019**

*Assinatura de S. Anselmo  
Cirurgião - Traumatologista  
CRM 1075*

**Assinatura:Carimbo**  
**Ana Maria Da Silva Anselmo**



Ora Exa., em razão de todo o exposto acima, resta evidente que as informações divergem quanto a lesão de fato sofrida pelo autor em decorrência do acidente. Como pode uma cirurgia ser realizada em membro sequer mencionado na análise presente no boletim de primeiro atendimento médico? Assim, não é possível identificar o nexo da cirurgia realizada no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO com o acidente, eis que no momento da entrada da vítima a Unidade Hospitalar apenas a fratura da tíbia direita foi confirmada. Não pode após mais de uma semana ser realizada uma nova cirurgia em novo membro, sem qualquer documento anterior que correlacione a “nova lesão” ao acidente narrado.

E ainda, o próprio autor em sua inicial não aponta a existência de **DUAS LESÕES** distintas, como já informado anteriormente. O autor requer somente a indenização que entende devida pela lesão no MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, que como já demonstrada, não possui nexo com o acidente.

Devido as gravidades das lesões, o (a) Requerente fora submetido (a) a intervenções médicas devido a **FRATURA EXPOSTA DA TIBIA ESQUERDA**, cuja seqüelas comprometem as funções do (s) membro (s) em comento, dentre outras complicações físicas, conforme prontuário médico, em anexo.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor, a invalidez pleiteada e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 8 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

